

# NOVA COMPOSIÇÃO

## Suspeitos não integrarão Comissão de Justiça da Câmara

A Câmara dos Deputados deverá renovar a maioria dos 54 integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no início de fevereiro, porque vários de seus titulares, principalmente os do PFL, estão envolvidos com a CPI do Orçamento, como membros ou na condição de suspeitos. O processo de cassação dos parlamentares que cometem irregularidades na Comissão de Orçamento do Congresso tem início pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, no caso de deputado, e do Senado, no caso de senador.

Assim que o relatório do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) for aprovado pela CPI, no dia 24, as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado deverão enviar às suas respectivas comissões de Constituição e Justiça o pedido de abertura do processo de cassação. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), quer rapidez no julgamento dos parlamentares culpados. Ele acha que o processo na CCJ levará no máximo 40 dias. Da CCJ, segue para o plenário que, em votação secreta, decide a cassação, por maioria absoluta. No Senado, o processo de renovação deverá ser pequeno, se comparado ao da Câmara. Apenas o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que integra a CCJ como suplente, está sendo investigado pela CPI do Orçamento, o que deverá motivar a sua suspeição. O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da CPI, é suplente da CCJ.

Na Câmara, o PFL deverá per-

der três de seus nove integrantes da CCJ. O deputado Roberto Magalhães (PE) é o relator da CPI e, se ficar na CCJ, vai participar do julgamento daqueles que ele mesmo penalizou em seu relatório. O deputado Maurício Najar (SP) é da CPI e participou das investigações. Os deputados Jesus Tajra (PI), Messias Góis (SE) e Paes Landim (PI) são da CCJ e foram investigados pela CPI. Dos três, o que conseguiu se sair melhor foi o deputado Messias Góis. Ele acha que por ter sido "inocentado" pela CPI do Orçamento poderá participar do processo de julgamento dos suspeitos: "Não vejo nenhum impedimento, mas a palavra final é do líder". O deputado Jesus Tajra, que foi convocado por que as iniciais J.T. aparecem ao lado de porcentuais nos documentos da Construtora Odebrecht, também se livrou das denúncias, mas foi investigado.

O PSDB deverá ficar sem os quatro titulares da CCJ. Os deputados Sigmaringa Seixas (DF) e Luiz Máximo (SP) são titulares da CPI do Orçamento; o deputado Moroni Torgan (CE) teve participação decisiva na apreensão dos documentos da Odebrecht, e Hélcio Castello (ES) trocou o partido dos tucanos pelo PT. O PTB também deverá trocar todos os seus três integrantes: o deputado Gastone Righi (SP), porque está sendo investigado pela CPI; o deputado Nelson Trad (MS), porque é titular da CPI, e o deputado Mendes Botelho (SP), porque trocou de partido e foi para o PP do ex-governador Álvaro Dias.